

**Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das
Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de
Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**

22.^a Reunião

(8 de julho de 2014)

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira) declarou aberta a reunião às 15 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à apresentação das propostas de alteração do projeto de relatório final da Comissão, elaborado pela Sr.^a Deputada Relatora, Ângela Guerra (PSD), tendo usado da palavra, a diverso título, além da Deputada Relatora, os Srs. Deputados António Gameiro (PS), Pedro Filipe Soares (BE), Carla Cruz (PCP), António Filipe (PCP) e Fernando Negrão (PSD).

A Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 15 horas e 47 minutos.

A Sr.^a **Presidente** (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que estamos em condições de dar início à reunião.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Este ligeiríssimo atraso deveu-se ao facto de estar, em articulação com os vários coordenadores dos grupos parlamentares, a acertar a metodologia da reunião de hoje.

Acertámos no seguinte: como as propostas de alteração foram enviadas por escrito por todos os grupos parlamentares, agora, cada grupo parlamentar tem o máximo de 5 minutos para apresentar, genericamente, as suas propostas de alteração.

Depois, a Sr.^a Deputada Relatora dirá o que aceita ou não e, em função disso, logo vemos como prossegue a reunião.

Parece-me extemporâneo, antes de saber aquilo que a Sr.^a Deputada Relatora aceita ou não, estar já a definir como é que decorrerão, em seguida, os nossos trabalhos.

Assim, dou, desde já, a palavra aos grupos parlamentares que se inscreverem para apresentar as suas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gameiro, do PS.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, conforme anunciou na última reunião, o PS fez um conjunto de propostas de alteração, sobretudo, de redação das conclusões, mas também, aqui e ali, apresentou um conjunto de propostas de aditamento ao relatório que, penso, o melhoram na generalidade, sobretudo tendo em atenção três ou quatro premissas essenciais.

A primeira é a posição de princípio do PS, que gostaria que pudesse ficar refletida, ou seja, que os Estaleiros Navais eram para o anterior Governo e são para o PS uma área de intervenção estratégica e, por isso, quisemos aflorar esses aspetos para poder melhorar o relatório.

Segundo, quisemos aflorar e, de certa forma, também esclarecer a questão dos auxílios estatais, de modo a que isso ficasse claro, para que o Estado português e o atual Governo não fiquem prejudicados pela redação de nenhuma conclusão que possa levar a que qualquer instância comunitária tenha uma determinada ideia, que também não temos.

Depois, existem vários pontos onde fazemos, sobretudo, algum esclarecimento de expressões que a Sr.^a Relatora utiliza — e bem —, mas que julgamos que é melhor e é possível ir um pouco mais longe, concretizando, desde logo, a partir da primeira conclusão.

De facto, como aqui afirmámos, as conclusões mereciam — penso que a Sr.^a Relatora estará sensível a isso — uma maior precisão em relação a uma série de matérias, nomeadamente a questão da privatização e do facto de haver uma resolução do Conselho de Ministros que afirma, perentoriamente e de forma clara, as razões pelas quais o próprio processo de privatização não continuava; a questão de se tentar, aqui, mensurar quanto do plano de construção é que foi executado, quando, ao longo dos anos, entre 2004 e 2011 e, depois, também, em 2012, em relação a muitos dos investimentos previstos, foi sendo autorizado aos ministros da Defesa denunciar essas pretensões de investimento.

Depois, mesmo relativamente ao facto de o caso da Atlânticoline ou do *Atlântida* ter sido tema dominante nesta Comissão de Inquérito — parece-nos que foi —, há um conjunto de considerações que, a nosso ver, mostram, não com mais verdade, mas com mais realismo, aquilo que se passou na própria Comissão de Inquérito.

Como aqui sublinhámos, a Sr.^a Relatora fez um trabalho onde tenta partir da premissa, na primeira conclusão, de que havia um conjunto de insinuações e de nebulosa, coisa que o requerimento inicial não levantava, mas que existiu na comunicação social e na opinião pública. Também tentámos aclarar essa questão, para que a Sr.^a Relatora tenha espaço para, mais à frente, aceitar alterações que têm a ver com essa base de partida, nomeadamente, com a quinta recomendação, que, de certa forma, faz uma crítica a esta Comissão de Inquérito, crítica essa que, a meu ver, não devemos fazer, sob pena de estarmos a desprestigiar-nos e a desprestigiar o trabalho que fazemos.

Por último, olhámos para as conclusões, nomeadamente para as conclusões 54 a 64, relativas aos auxílios de Estado, que é uma matéria muito importante para o Estado português. Foi, no passado, continua e continuará a ser no futuro, porque estamos convictos de que o Governo tudo fará para que não haja nenhuma penalização, em Portugal, sobre essa matéria e que os argumentos jurídicos, técnicos e financeiros que possam ser aduzidos o venham a ser no sentido de defender o Estado português a não devolver nenhum dinheiro à União Europeia.

Estas foram as preocupações centrais das nossas alterações e eram estas que gostaríamos que pudessem ser aceites, sendo certo que estamos abertos a qualquer alteração, ou seja, a retirar alguma expressão que esteja menos feliz ou menos rigorosa, porque somos humanos e o trabalho humano, por vezes, também falha.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a Relatora. Independentemente das considerações políticas que irei fazer, quer ao trabalho, quer ao relatório, percebe-se que há, de facto, um trabalho e uma atenção que é dada sempre em qualquer processo como este, e, por isso, reconheço esse esforço.

Na nossa opinião e acerca dos pontos de vista que já temos tecido nesta Comissão pela Deputada Mariana Aiveca, há um distanciamento claro entre aquilo a que assistimos nesta Comissão de Inquérito e aquilo que vem escrito no relatório.

Mais do que por transcrições erradas, que creio que não existem, o que se passa é que, através de uma construção deliberada das transcrições, se chega a conclusões que isentam o Governo de qualquer culpa sobre todo o processo relativo aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

É isso que não acompanhamos. Por isso, partimos de um pressuposto muito negativo sobre este relatório. Fizemos propostas de alteração que visam corrigir algumas lacunas mais gritantes, mas, mesmo sendo todas aprovadas, minoram os problemas mas os resolvem na totalidade. Mas temos consciência disso.

Em todo o caso, estas propostas de alteração que fazemos às conclusões poderão fazer toda a diferença para a avaliação geral do relatório.

Em primeiro lugar, o reconhecimento da posição dos diversos Governos em função dos Estaleiros. Em relação à pergunta: «Os Governos fizeram tudo o que poderiam ter feito para manter os Estaleiros em funcionamento e os Estaleiros fizeram tudo o que poderiam ter feito para manter um bom funcionamento?», a resposta é clara: «Não!». Ora, falta esta conclusão no relatório. Não fizeram os anteriores Governos, não fez o atual Governo. Por isso, indicamos, claramente, que o desinvestimento na

empresa teve como propósito inequívoco a sua destruição, enquanto património público, enquanto presença da construção naval pública na esfera da economia nacional.

Para nós, também ficou claro que, após construir todo este processo, mesmo assim, a decisão final de entrega dos Estaleiros à Martifer foi uma decisão política do próprio Ministro da Defesa, como ele reconheceu em entrevista televisiva.

Por isso, socorremo-nos de factos para poder apresentar a conclusão que é indicada.

Por outro lado, ficou também claro que, ao contrário do que tem sido dito pelo Governo, a entrega dos Estaleiros à Martifer não garante a continuidade da construção naval, podendo, mesmo, abrir portas para que outras atividades, para lá da reparação e da construção navais, sejam levadas a cabo naquele espaço. Para nós, é essencial que isso esteja no relatório.

É certo que há outras vertentes. Estas que indiquei são vertentes mais gerais, mas há outras mais particulares, ou seja, as alterações relativas à clarificação sobre as empresas Atlânticoline e Estaleiros e a forma como foi celebrado o contrato dos dois *ferries*. Particularmente, para nós, não ficaram claros os motivos da não concretização dos programas relativos aos equipamentos militares e às contrapartidas relacionadas com essa aquisição.

Pausa.

A Sr.^a **Presidente:** — Agradecia que os Srs. Deputados e as restantes pessoas que se encontram nesta sala fizessem pouco ruído, porque, como temos de ter a janela aberta por causa da avaria do ar condicionado,

perturba os oradores e a Sr.^a Deputada Relatora, que tem de ouvir com muita atenção as propostas de alteração que são feitas.

Queira continuar, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Presidente, concluo com duas ideias.

Creio que as alterações que fizemos ao documento estão claras e explicadas, por isso, gostaria de concluir dizendo que esperamos que haja uma abertura por parte da maioria e que essa abertura seja real, porque, de facto, não poderemos ter mais uma comissão de inquérito que retire a conclusão de que o Governo fez tudo bem e que todos os governos que têm uma maioria que lhes legitime votações em comissões de inquérito fazem sempre tudo bem. Isso não é aceitável e parece-nos que, em nome desta empresa, desta região e dos trabalhadores desta empresa, isso não pode acontecer.

O segundo ponto é que haja, por parte da Assembleia da República, a demonstração de independência face ao que o Governo tem dito, enquanto ladainha institucional, e se reconheça que este Governo esteve errado na decisão de tomar a subconcessão à Martifer, sendo essa decisão, clara e inequivocamente, imputável ao Sr. Ministro da Defesa.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Carla Cruz, do PCP.

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Sr.^a Presidente, gostaria de a cumprimentar e a todos os Srs. Deputados.

Como já tínhamos dito na reunião da semana passada, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português demarca-se das conclusões do relatório.

Consideramos que as conclusões que o relatório apresenta partem de uma premissa da Sr.^a Deputada Relatora de ilibar e branquear a atuação do Governo PSD/CDS-PP neste processo e, particularmente, de uma postura de defesa e de encapotamento de todo o desempenho tido pelo Sr. Ministro do Defesa Nacional.

Neste sentido, apresentamos um conjunto muito significativo de propostas de alteração, que englobam não só substituições das conclusões que a Sr.^a Deputada Relatora apresenta, mas também eliminação, bem como aditamento de novas conclusões.

Há, no entanto, questões centrais que, sendo fulcrais para o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, não foram objeto de tratamento por parte da Sr.^a Relatora ou, tendo sido, não traduzem cabalmente a visão que o Partido Comunista Português tem, nem, sobretudo, aquilo que se passou nas audições desta Comissão.

De facto, começamos, desde logo, pela subvalorização da importância dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo para a região e para o setor económico português, nomeadamente ao nível da construção naval e do impacto social que esta decisão de liquidação e encerramento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo teve na região.

Depois, a Sr.^a Deputada Relatora subestima a importância de que se revestiu o cancelamento das encomendas para a Marinha, havendo, por isso, uma clara subvalorização do impacto que esta decisão do Governo atual teve que, diga-se de passagem, à data deste processo da reprivatização, da privatização e, depois, da subconcessão, era a maior

encomenda que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo tinham e o relatório não traduz aquilo que se passou.

O relatório trata de uma forma muito superficial e pouco abrangente o processo e a não construção dos navios asfalteiros durante estes 10 anos de vigência do Governo PSD/CDS-PP. Por isso, apresentamos um conjunto de propostas de alteração para que fique claro o quão não foi feito nesta matéria.

Há também questões relevantes, como a das contrapartidas. É certo que a Sr.^a Deputada Relatora refere três pontos sobre as contrapartidas, mas, para o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, não ficou claro das audições o não cumprimento das contrapartidas. Assim, apresentamos uma proposta no sentido de, estando em curso uma comissão de inquérito que versa sobre as contrapartidas, remeter para as futuras conclusões dessa comissão um cabal esclarecimento da razão pela qual não foram cumpridas as contrapartidas relativamente aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Uma outra questão que, parece-nos, deveria ser tratada de uma forma mais clara, mais transparente tem a ver com a não litigância — e foram vários os depoentes que aqui o referiram — entre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a Atlânticoline. Parece-nos que esta questão também deve ser colocada.

Não podemos, igualmente, aceitar que o relatório coloque os trabalhadores ao mesmo nível de responsabilidades das administrações e dos decisores políticos. Pensamos que é, no mínimo, desonesto politicamente atribuir essa responsabilidade aos trabalhadores. Durante estes anos, foram os trabalhadores que mantiveram a empresa como a mantiveram, foi aqui reconhecido por vários depoentes a qualidade do trabalho desempenhado pelos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana

do Castelo e aquilo que a Sr.^a Relatora optou por fazer foi, de facto, colocar os trabalhadores ao mesmo nível, com a mesma responsabilidade, de decisores políticos e administrações, o que não podemos aceitar.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, como não registo inscrições nem do CDS-PP nem do PSD e também não apresentaram propostas de alteração, dou, de imediato, a palavra à Sr.^a Deputada Relatora.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, começo por lhe agradecer, bem como a todos os Srs. Deputados.

De uma forma muito sintética, vou responder aos Srs. Deputados do PS, do Bloco de Esquerda e do PCP.

O Partido Socialista apresentou propostas de alteração das conclusões e propostas de alteração a alguns factos que vão sendo aqui reportados para o relatório, algumas páginas onde eu incorporo algumas afirmações das entidades que foram ouvidas. Em relação a algumas, considero que são perfeitamente aceitáveis, não tenho qualquer problema em incluí-las; em relação a outras, tenho algumas reservas, pelo que estou inteiramente disponível para chegarmos a um entendimento. Para mim, algumas delas passam pelo pressuposto de que uma determinada palavra não deve estar assim ou que a parte final não deve ser assim, pelo que me parece de todo aceitável as que dizem respeito a propostas de aditamento de texto a incluir.

No que diz respeito às conclusões, há muitas com as quais concordo, e estou na inteira disponibilidade de as aceitar. São muitas e, se calhar, em vez de estarmos aqui a discuti-las ponto por ponto, será mais útil reunirmo-nos no final da reunião e fazermos uma espécie de resumo, porque são mesmo muitas. Parto do pressuposto de que uma parte das vossas propostas

de alteração não está redigida da mesma maneira, mas a conclusão pode ficar como os senhores propõem.

Ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, começo por agradecer as suas palavras. Devo dizer que tive alguma dificuldade em perceber a vossa proposta no que diz respeito à introdução, porque, na minha opinião, parte de um pressuposto errado, isto é, a empresa não foi privatizada e é esse o sentido que é dado na introdução que os senhores apresentam, com a qual não posso concordar.

Em relação às propostas dos pontos 11, 18, 22, 25 e 49, concordo parcialmente e, portanto, não me incomoda incorporar também estas propostas que os senhores aqui propõem alterar, mas são incorporações parciais, não são totais. Isto porque entendo que a forma como o Bloco de Esquerda as propõe desvirtua a conclusão que eu apresento, não fica da mesma maneira. Portanto, se ela puder ser redigida não exatamente como os senhores têm aqui, mas fazer uma espécie de mistura entre aquilo que eu apresentei e aquilo que os senhores apresentam quanto aos pontos 11, 18, 22, 25 e 49 estou disposta a incorporar.

No que diz respeito ao Partido Comunista, Sr.^a Deputada Carla Cruz, eu percebo que tenha uma opinião política sobre o meu relatório. Quanto a isso, não vou pronunciar-me; quanto à opinião que emitiu na parte final da sua intervenção, sobre o facto de dizer que há alguma desonestidade naquilo que mencionei quanto à apreciação que é feita dos trabalhadores, em relação a isso vou ter mesmo de lhe responder e dizer que não concordo com aquilo que disse. Entendo que respeitei na íntegra o trabalho daquela gente que muito está a sofrer pelo facto de ter ficado sem os seus postos de trabalho. O PCP não é dono das dificuldades que os trabalhadores do País sentem e, portanto, não aceito a crítica que aqui fez no sentido de dizer que estou aqui...

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Está, está!

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Deputada, é a sua opinião. Quanto a isto, é o que eu tenho a dizer.

Relativamente às propostas de alteração, aquilo que o PCP apresenta é uma nova redação de todas as conclusões. Se todas elas fossem incorporadas, passaríamos a ter novas conclusões e, se calhar, um novo relatório, porque não faz sentido o que é proposto ser incorporado no relatório que apresento.

Porém, há alguns pontos com os quais concordo, pelo que não tenho qualquer problema em acrescentar aquilo que os senhores sugerem, designadamente, nas conclusões 11, 22-A, 24-A, 27-A, 28-A e 28-B — porque entendo que as alterações propostas são mais pormenorizadas —, 34 e 35; no entanto, serão incorporadas parcialmente, porque, se fossem incorporadas da forma como os senhores propõem, desvirtuariam a conclusão que apresentei.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada Relatora, assim sendo, temos, agora, uma questão de metodologia de trabalho.

A Sr.^a Deputada Relatora, porventura, quererá reunir com cada um dos grupos parlamentares,...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — ... se calhar, fazia algum sentido...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, pelo menos, com o Partido Socialista, porque, em relação a alguns pontos que referi do PCP e do BE, aceito incorporá-los parcialmente no relatório.

A Sr.^a **Presidente**: — Nesse caso, proponho que interrompamos os trabalhos.

A Sr.^a Deputada Relatora, em relação às alterações quer do PCP quer do BE, sabe quais são as que vai incorporar parcialmente e, quanto ao Partido Socialista, quer ter uma reunião com o mesmo, pois, como são muitas propostas de alteração, quer ver o que aceita e o que não aceita.

Talvez pudéssemos interromper a reunião por uma hora...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Por meia hora, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito bem. Interrompemos, então, os trabalhos durante meia hora para trabalharem em conjunto.

Pausa.

Registo dois pedidos de palavra dos Srs. Deputados Pedro Filipe Soares e António Filipe. Presumo que sejam interpelações sobre a condução dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Sr.^a Presidente, nada tenho a opor caso a Sr.^a Relatora queira ter uma reunião parcelar com os grupos parlamentares.

Da resposta que deu ao Bloco de Esquerda, já percebi que aceita algumas propostas de eliminação parciais, mas, em matéria de alteração das conclusões, não aceita.

Assim, do nosso ponto de vista, a nossa relação de trabalho está concluída com a intervenção que teve.

O meu pedido de palavra tem a ver com o trabalho que vamos ter a seguir. Não sabemos quanto tempo durará a reunião com o Partido Socialista e eu creio que é mais salutar agendarmos para amanhã a votação. Até amanhã, seriam distribuídas aos grupos parlamentares as alterações ao relatório de forma a que pudéssemos ver com toda a transparência o que foi e o que não foi alterado e depois votarmos.

Parece-me que seria mais fácil do ponto de vista procedimental, podendo nós, deste modo, prepararmo-nos.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, basicamente, a minha interpelação vai no mesmo sentido.

Queria apenas que fosse assegurado que os grupos parlamentares não sejam confrontados em cima da hora com propostas negociadas entre dois partidos, quando nós cumprimos aquilo que foi acordado. Ou seja, entregámos as propostas até segunda-feira da semana passada, como estava acordado, e elaborámos o nosso guião em função das propostas que existiam.

Portanto, a haver novas propostas, elas deveriam ser distribuídas com a antecedência necessária para que os grupos parlamentares possam pensar nelas.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, não há novas propostas de alteração. As propostas foram todas distribuídas, houve apenas correção de gralhas...

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr.^a Presidente, eu disse propostas futuras, porque as que existem nós sabemos.

Agora, se, das reuniões que tiverem lugar durante o dia de hoje, surgirem novas propostas, os outros grupos parlamentares não deveriam ser confrontados com as mesmas no momento da votação, deveríamos ter a antecedência de algumas horas para que possamos ver as propostas novas, a não ser que não venham a existir.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, tanto quanto me transmite a Sr.^a Deputada Relatora, não haverá propostas novas.

Em função destas propostas de alteração que surgiram, haverá incorporações parciais de propostas dos vários grupos parlamentares e é sobre essas que, penso, a Sr.^a Deputada Relatora trabalhará. Aliás, eu própria, hoje ainda precisava do projeto de texto final para enviar, porque a Conferência de Líderes realiza-se amanhã e, do ponto de vista burocrático, eu tenho de enviar um projeto de texto final para que a apresentação, em Plenário, quer do relatório por parte da Deputada Relatora, quer da intervenção por parte da presidência da Comissão possa ser agendada.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar, é para registar a fuga ao diálogo que o Bloco de Esquerda aqui fez de uma forma imediata,...

Risos do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.

... pondo-se de parte de qualquer tipo de discussão aqui, na Comissão.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não ouviu a Relatora!

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Em segundo lugar, uso da palavra para concordar com o que acabou de dizer no sentido de que, com certeza, a Sr.^a Deputada Relatora apresentará já hoje uma versão, pelo que, durante o resto do dia, os vários partidos poderão analisá-la para podermos votá-la já amanhã.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito bem.

Parece-me que está registado um entendimento no sentido de que esta reunião da Comissão terminaria agora. A Sr.^a Deputada Relatora trabalhará as conclusões finais, distribui-las-á ainda hoje aos vários grupos parlamentares para que as analisem e, amanhã, às 15 horas, juntamo-nos aqui para proceder à votação.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Numa outra sala!

A Sr.^a **Presidente**: — Sim, será preferível. Os Srs. Deputados estão a pedir que a reunião de amanhã se realize numa sala onde funcione o ar

condicionado. Estamos no verão, amanhã registrar-se-á um aumento da temperatura, pelo que também penso que será preferível reunirmo-nos numa sala onde funcione o ar condicionado.

Agradeço a vossa colaboração, agradeço aos grupos parlamentares as propostas que apresentaram e agradeço à Sr.^a Deputada Relatora a abertura que manifestou para analisar e ponderar as referidas propostas.

Srs. Deputados, até amanhã, às 15 horas.

Está encerrada a reunião.

Eram 15 horas e 47 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.